

## COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura – 1.ª Sessão Legislativa

### ATA NÚMERO OITO

Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, pelas dezasseis horas e trinta minutos, na sala de reuniões número cinco do Palácio de S. Bento reuniu a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território (CAEOT), na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1. Aprovação da Ata n.º 1;

#### 2. Iniciativas legislativas:

##### Distribuição

[PJL 134/XIV-PAN](#) - Visa a interdição do fabrico, posse, utilização e venda de artefactos que sirvam unicamente para a captura de aves silvestres não sujeitas a exploração cinegética

[PJL 155/XIV-PCP](#) - Cria o Plano Nacional para a Prevenção Estrutural dos Efeitos da Seca e seu acompanhamento

*Baixou à Comissão em conexão*

[PJL 156/XIV-PCP](#) - Faixas de salvaguarda e regime de Avaliação de Incidências Ambientais (AInCA) de explorações agrícolas em regime intensivo e superintensivo (Comissão Competente 7ª – Comissão de Agricultura e Mar).

##### Apreciação e votação de pareceres

[PPL 4/XIV-GOV](#) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020 – **Relator:** Dep. Hugo Pires (PS)

[PPL 5/XIV-GOV](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2020 – **Relator:** Dep. Ricardo Pinheiro (PS)

[PJL 86/XIV-PAN](#) - Visa a proteção das espécies de aves migratórias e invernantes através da interdição da colheita mecanizada de azeitonas em período noturno -

**Relator:** Dep. Nelson Peralta (BE)

#### 3. Projetos de Resolução

##### Discussão

[PJR 120/XIV-PCP](#) - Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do Rio Tejo

[PJR 167/XIV-BE](#) - Recomenda ao Governo que promova medidas de garantia de caudais verdadeiramente ecológicos no rio Tejo com informação regular às populações

[PJR 141/XIV-PAN](#) - Recomenda ao Governo que integre nos Planos Globais de Gestão do lobo-ibérico a obrigatoriedade de zonas de refúgio de presas silvestres em cada núcleo populacional

[PJR 185/XIV-CH](#) - Pela otimização do processo de prevenção e sancionamento das infrações ambientais

##### Discussão e votação na especialidade (proposta de texto único)

**PJR 52/XIV-BE** - Recomenda a criação de um plano nacional de controlo da espécie invasora jacinto-de-água

**PJR 58/XIV-PEV** - Plano de ação para controlo do jacinto-de-água

**PJR 130/XIV-PSD** - Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de ação para o controlo da espécie invasora jacinto-de-água, que garanta a sua remoção e a recuperação dos ecossistemas por ela afetados

**Fixação de redação final**

**PJR 110/XIV-PS** - Recomenda ao Governo que promova, no âmbito da estratégia a apresentar à União Europeia com referência ao próximo quadro financeiro plurianual, a introdução de uma linha que torne elegíveis as operações de remoção de amianto em edifícios públicos

**4. Outros assuntos.**

**- Presenças:**

José Maria Cardoso (BE); Luís Graça (PS); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); Ana Passos (PS); André Pinotes Batista (PS); Hugo Pires (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Ricardo Pinheiro (PS); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Daniel Carvalho (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP); Assunção Cristas (CDS/PP); André Silva (PAN); Mariana Silva (PEV);

**- Suplentes:**

João Miguel Nicolau (PS); António Lima Costa (PSD); Filipa Roseta (PSD);

**- Faltas:**

Joaquim Barreto (PS); Luís Leite Ramos (PSD); Joacine Katar Moreira (L)

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, [http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11\\_CAEOT/CAEOT\\_20200106.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11_CAEOT/CAEOT_20200106.mp3) dando-se o seu conteúdo aqui por reproduzido, e fazendo parte integrante da presente Ata.

Aberta a reunião, o Senhor Presidente, **Deputado José Maria Cardoso (BE)** submeteu a votação a ata n.º 7, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

No **ponto dois**, procedeu-se à distribuição das iniciativas legislativas e designação do respetivo Relator da seguinte forma:

<b><u>PJL 134/XIV-PAN</u></b>	Cria o Plano Nacional para a Prevenção Estrutural dos Efeitos da Seca e seu acompanhamento	<b>Deputado João Moura (PSD)</b>
<b><u>PJL 155/XIV-PCP</u></b>	Cria o Plano Nacional para a Prevenção Estrutural dos Efeitos da Seca e seu acompanhamento	<b>Deputado Luís Graça (PS)</b>

<p><b>PJL</b> <b>156/XIV-</b> <b>PCP</b></p>	<p>Faixas de salvaguarda e regime de Avaliação de Incidências Ambientais (AInCA) de explorações agrícola em regime intensivo e superintensivo (Em conexão - Comissão Competente 7ª - Comissão de Agricultura e Mar).</p>	<p><b>Deliberado não apresentar parecer</b></p>
--	--	---

Seguidamente, o **senhor Presidente** deu a palavra ao Relator do parecer da **PPL 4/XIV-GOV** - *Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020*, **Deputado Hugo Pires (PS)**, para fazer a sua apresentação, finda a qual foram as suas partes I e III submetidas a votação, tendo o parecer sido aprovado por unanimidade.

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação do parecer sobre a **PPL 5/XIV-GOV** - *Aprova o Orçamento do Estado para 2020*, pelo relator, o Senhor **Deputado Ricardo Pinheiro (PS)**. Circunscrevendo o parecer à apreciação das matérias relevantes do ponto de vista das competências da Comissão, o relator salientou que a Proposta de Lei em apreciação apresentava um aumento da despesa em cerca 28% no âmbito do Programa Ambiente e Ação Climática, com especial incidência nos domínios da transição energética, da mobilidade sustentável, da economia circular e da valorização dos recursos naturais, do território e das florestas, que era de saudar.

Finda a apresentação do parecer, foi o mesmo submetido a votação quanto aos seus considerandos (parte I) e conclusões (parte III), tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Deputado **Hugo Carvalho (PSD)** pediu a palavra para felicitar os relatores pela elaboração dos pareceres que apresentaram, enaltecendo a sua factualidade e objetividade.

Por fim procedeu-se à apresentação do parecer sobre o **PJL 86/XIV-PAN** - *Visa a proteção das espécies de aves migratórias e invernantes através da interdição da colheita mecanizada de azeitonas em período noturno*, pelo Relator, o Senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)**.

Na sua apresentação o Relator advertiu para a necessidade de existir um maior rigor na distribuição das iniciativas pelas Comissões, atentas as suas respetivas competências, dado que outras duas iniciativas sobre a mesma matéria haviam sido distribuídas à Comissão de Agricultura e Mar (7.ª Comissão), embora tenham por objetivo principal a conservação da natureza, matéria que se insere no âmbito das competências da 11.ª Comissão. Advertiu ainda para a necessidade de, em sede de especialidade, ser necessário ajustar o título da iniciativa, bem como proceder à classificação das contraordenações nela propostas, conforme sugerido na Nota Técnica elaborada pelos serviços, caso a iniciativa venha a ser aprovada na generalidade.

No uso da palavra o Senhor **Deputado André Silva (PAN)** felicitou o relator pela elaboração do parecer e secundou a preocupação por si manifestada de um maior rigor na distribuição das iniciativas pelas comissões em função das matérias que se inserem no seu âmbito. Informou a Comissão de que foi o proponente quem

diligenciou junto do Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República a sua distribuição à 11.<sup>a</sup> Comissão, por entender que a matéria em causa tinha que ver com a conservação da natureza, matéria que é da competência da 11.<sup>a</sup> Comissão, o que efetivamente veio a acontecer.

Após a discussão, o parecer foi submetido a votação quanto aos seus considerandos (parte I) e conclusões (parte III), tendo sido aprovado por unanimidade.

Entrando no ponto 3 da ordem de trabalhos, O senhor **Deputado Bruno Coimbra (PSD)**, solicitou o adiamento da discussão do [PJR 120/XIV-PCP](#) - *Recomenda ao Governo que tome as medidas de defesa do Rio Tejo* e do [PJR 167/XIV-BE](#) - *Recomenda ao Governo que promova medidas de garantia de caudais verdadeiramente ecológicos no rio Tejo com informação regular às populações*, em nome do seu Grupo Parlamentar, e o senhor **Deputado André Silva (PAN)**, solicitou o adiamento da discussão do [PJR 141/XIV-PAN](#) - *Recomenda ao Governo que integre nos Planos Globais de Gestão do lobo-ibérico a obrigatoriedade de zonas de refúgio de presas silvestres em cada núcleo populacional*, em nome do seu Grupo Parlamentar.

Seguiu-se uma breve discussão sobre a ausência do Senhor Deputado André Ventura (CH) à reunião da Comissão, que impossibilitou a Comissão de prosseguir com a discussão do [PJR 185/XIV-CH](#) - *Pela otimização do processo de prevenção e sancionamento das infrações ambientais*, de que era autor, porquanto a Comissão desconhecia se pretendia que a discussão se realizasse em Comissão ou em Plenário, conforme prerrogativa que lhe é concedida pelo n.º 2 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, motivo pelo qual a sua discussão foi adiada.

O Senhor presidente deu continuidade aos trabalhos abrindo à discussão a proposta de texto único apresentada para o [PJR 52/XIV-BE](#) - *Recomenda a criação de um plano nacional de controlo da espécie invasora jacinto-de-água*, [PJR 58/XIV-PEV](#) - *Plano de ação para controlo do jacinto-de-água* e [PJR 130/XIV-PSD](#) - *Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de ação para o controlo da espécie invasora jacinto-de-água que garanta a sua remoção e a recuperação dos ecossistemas por ela afetados*, que foram aprovados na generalidade, em plenário, no dia 12 de dezembro, data em que baixaram também à Comissão na especialidade.

Na discussão participaram os senhores Deputados **Nelson Peralta (BE)**, **Mariana Silva (PEV)**, **Bruno Coimbra (PSD)**, **Alma Rivera (PCP)** e **Assunção Cristas (CDS-PP)**.

O senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)** referiu que o Bloco de Esquerda se revia no texto único em apreciação, dado encontrar-se nele vertidas as preocupações manifestadas pelo seu Grupo Parlamentar no [PJR 52/XIV](#) de que era proponente.

A senhora **Deputada Mariana Silva (PEV)** manifestou, igualmente, concordância com o texto único proposto, tendo apenas sugerido que no mesmo ficasse

contemplado o carácter de urgência invocado pelos “Verdes” no seu [PJR 58/XIV](#). Deste modo propôs que o ponto 2 do texto único ficasse com a seguinte redação: “Identifique, **urgentemente**, áreas de intervenção prioritária, em especial onde esta espécie invasora aquática compromete gravemente o equilíbrio e integridade dos ecossistemas e a presença de espécies raras de valor ambiental relevante”.

O senhor **Deputado Bruno Coimbra (PSD)** concordou com a posição do PEV, tendo a proposta merecido igualmente a concordância dos restantes Grupos Parlamentares.

A senhora **Deputada Alma Rivera (PCP)** referiu que o Grupo Parlamentar do PCP sugeria que fosse eliminado o ponto 5 do projeto de texto único em apreciação, porquanto, entendia que a resolução da situação poderia passar pelo envolvimento de outras entidades que não apenas as autarquias locais.

Em resposta, a **Senhora Deputada Assunção Cristas (CDS-PP)** propôs em alternativa à eliminação do ponto 5, apenas a eliminação do inciso “nomeadamente através de apoios às autarquias”, proposta que mereceu a concordância dos restantes Grupos Parlamentares.

Após a discussão do texto único em apreciação, foi o mesmo submetido à votação com as alterações propostas, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a fixação da redação final do [PJR 110/XIV-PS](#) - *Recomenda ao Governo que promova, no âmbito da estratégia a apresentar à União Europeia com referência ao próximo quadro financeiro plurianual, a introdução de uma linha que torne elegíveis as operações de remoção de amianto em edifícios públicos*, tendo os senhores Deputados concordado com a redação proposta pelos serviços constante da informação n.º 132/DAPLEN/2019, de 20 de dezembro.

Dando continuidade aos trabalhos o Senhor Presidente da Comissão deu a palavra à Senhora **Deputada Filipa Roseta (PSD)** que solicitou informações sobre a audição conjunta do Senhor Ministro das Finanças e do Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática solicitada pelo Grupo Parlamentar do PSD, precisamente para abordar o tema do amianto e da sua remoção. Considera que a audição solicitada se revela cada vez mais premente e prioritária na medida em que o Senhor Ministro das Finanças havia anunciado em plenário, nessa manhã, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2020, que nele se encontrava inscrita uma verba de apenas 20 milhões de euros para a remoção de amianto, o que na opinião do seu Grupo Parlamentar é preocupante tendo em conta o número de edifícios que carecem de intervenção prioritária.

Em resposta, o senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)** reforçou as preocupações manifestadas pela colega do PSD, salientado que o financiamento da remoção de amianto nas escolas se encontra apenas garantido em 70% ou 80% pelo Orçamento do Estado, o que significa que o Estado não assegura a sua remoção. Por todos estes motivos não compreende porque é que o Grupo Parlamentar do PSD não votou

favoravelmente o [Projeto de Lei n.º 108/XIV/1.ª](#) - *Atualiza a listagem de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos e torna público o respetivo plano de calendarização da monitorização e das ações corretivas (1.ª alteração à Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro)* do Bloco de Esquerda.

O senhor Presidente lembrou que na anterior reunião da Comissão já havia informado que o Governo solicitou que a audição se realizasse apenas após a aprovação do Orçamento do Estado, pelo que os serviços irão agora propor várias datas alternativas ao Governo, por forma a agilizar a sua concretização, com a brevidade possível, após o dia 6 de fevereiro.

Entrando no último ponto da ordem de trabalhos, nos outros assuntos o **Senhor Presidente** lembrou os membros da Comissão de que a audição do Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática no âmbito do Orçamento do Estado irá ter lugar no dia 14 de janeiro, pelas 16 horas.

Por fim, apelou a uma reflexão sobre o projeto de plano de atividades da Comissão, elaborado com base nas propostas apresentadas pelos Grupos Parlamentares, cuja extensão considera carecer de uma priorização das atividades que se pretendem efetivamente concretizar durante a 1.ª sessão legislativa, uma vez que, na prática, as atividades da Comissão terão que ser concretizadas no período compreendido entre o dia 7 de fevereiro e meados de junho, ou seja, num espaço de cinco meses.

Disse ainda que em nome do Grupo Parlamentar do BE gostaria de deixara à consideração da Comissão mais duas propostas a integrar no plano de atividades da Comissão, uma visita à Restinga de Esposende e outra ao Parque Natural de Penda Gerês, ao que o Senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)** acrescentou ainda, uma visita às dragagens da Ria de Aveiro.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 17 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O Presidente da Comissão,



(José Maria Cardoso)

CA